

Encontro Nacional de estudantes petistas

Jovens preparam as lutas no Movimento Estudantil

Entre os dias 4 e 7 de abril, estudantes petistas reuniram-se Curitiba. Delegados eleitos nos estados, dentre eles da Juventude Revolução do PT, discutiram conjuntura e tarefas no Movimento Estudantil e participaram do ato Lula Livre no dia 7, em frente à sede da Polícia Federal.

Defesa da Previdência e da Educação

O encontro decidiu como central a luta para derrotar a tentativa de Bolsonaro de destruir a Previdência, o que comprometeria o futuro dos jovens. Assim, somando-se aos trabalhadores que em 22 de março (dia nacional de mobilização chamado pelas centrais sindicais), demonstraram sua disposição de luta contra a PEC 06/19, foi decidido se engajar na coleta de adesões do abaixo assinado do PT - que chama os deputados a votarem não à reforma - nas portas de escola e universidades.

Em relação à Educação o projeto de Bolsonaro é o obscurantismo, corte de verbas e todo tipo de ataque. Os petistas estão chamados a organizar a luta contra a destruição do ensino.

Retomar o trabalho de base para defender direitos como a matrícula de inadimplentes e endividados com as novas regras do FIES, assistência estudantil, restaurantes, bolsas e ensino de qualidade nas escolas, e também lutar contra a "lei da mordaca". O encontro decidiu participar da greve nacional Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), em 15 de maio.

Lula Livre

Ao final do encontro, os jovens petistas participaram do ato com muita animação e garra, segurando faixas como da JR do PT que dizia "Lula Livre, tirem as mãos da previdência" (foto). De fato, são lutas inseparáveis.

A resolução do encontro afirma que "o pico da escalada foi a prisão arbitrária e injusta de Lula, o impedimento da sua candidatura, articuladas pelo sistema de justiça, por isso a 'defesa do STF' é incompatível com a defesa da liberdade de Lula". Uma crítica à assinatura da UNE ao manifesto em apoio a esta instituição, protagonista no impeachment de Dilma e respon-

sável por manter Lula preso político.

Contribuição da JPT ao Conune

O debate levantou a necessidade de fazer o balanço da atuação nas entidades estudantis. Por proposta da JR do PT, foi formada uma Comissão para elaborar uma carta de contribuição da JPT ao 57º congresso da UNE (ver box). Uma decisão importante que pode



JR do PT, presente no ato Lula Livre de Curitiba, após participar do encontro de estudantes petistas

contribuir para ação comum dos jovens petistas na disputa política da direção das entidades.

Hélio Barreto

Desemprego e carteira verde amarela

Proposta é para empurrar jovens a renunciar aos direitos

Apesar das promessas de "economistas", "especialistas" e governos, a reforma trabalhista e a terceirização irrestrita não contribuíram em nada para diminuir o desemprego no país.

Ao contrário, o número de desempregados no Brasil é o maior da história e alcança os 13,1 milhões de pessoas. A taxa de desemprego na juventude chega a 26% (de acordo com dados do IBGE).

Cresceu também o número de trabalhadores "subocupados", grupo que reúne desocupados, subocupados (que trabalham menos de 40h) e "desalentados", que estão disponíveis para trabalhar, mas não conseguem ou desistiram de procurar emprego. São 27 milhões de pessoas nessa situação. Os jovens compõem uma parte assustadora desse grupo, revelando uma enorme falta de perspectiva de futuro.

Agora o governo Bolsonaro anuncia que vai criar uma nova carteira de trabalho, a "verde e amarela", com a propaganda de que isso vai gerar milhões de empregos, como declarou o ministro Paulo "tchutchuca" Guedes durante evento com prefeitos em Bra-

sília no último dia 9 de abril.

Ainda não há um projeto tramitando sobre o assunto, mas em declarações anteriores, o ministro da economia que fala fino com banqueiros, mas fala grosso com trabalhadores, defendeu que seria ofertada uma opção ao jovem "de um lado empregos com direitos (carteira de trabalho atual) e do outro lado empregos sem direitos".

A proposta consistiria em dar ao "jovem" a "opção" de ser registrado na carteira de trabalho normal com direitos garantidos ou com a tal carteira verde amarela, onde o regime previdenciário seria o da capitalização, em conta individual, e as convenções coletivas ficariam invalidadas. É evidente que todos os patrões vão empurrar (é pegar ou largar) o jovem trabalhador a "optar" pela verde amarela. "Quer, emprego? Então abra mão dos direitos", esta vai ser a regra dos patrões!

Empregos sem direitos e sem garantia de aposentadoria, este é o futuro que a carteira verde amarela prevê para a juventude.

Luã Cupolillo

57º CONUNE, DADA A LARGADA!

O Conune será de 19 a 23 de junho (local a confirmar). A Juventude Revolução do PT realiza discussões impulsionando a tese "UNE é pra lutar", para formar chapas para eleição de delegados que iniciou dia 3 de abril nas universidades públicas e privadas em todo país.

A tese agrupa estudantes para lutar contra os ataques do governo Bolsonaro, as altas mensalidades e juros do FIES que endividam jovens; defender autonomia das universidades públicas, verbas para Assistência Estudantil e, enfrentar o obscurantismo no ensino, dentre outras pautas.

O principal combate é seguir na resistência com os trabalhadores para derrotar a Reforma da Previdência - carro-chefe do governo - e, apoiado nesta luta, defender a democracia, fortalecendo a continuidade da campanha Lula livre na agenda da UNE.

Com muita vontade de resistir, a JR do PT, lado a lado com a juventude petista, vai à luta e se dispõe a disputar os rumos da UNE, que nesse próximo período não pode sair das ruas nem das salas de aula!

Jovens debatem a "reforma" da Previdência

No Ceará, iniciativa da JR do PT reuniu mais de 70 pessoas

Os jovens começam a se organizar para discutir e combater a aprovação da reforma da Previdência.

No Ceará, com a presença de mais de 70 jovens e alguns professores do Campus da Universidade Estadual do Ceará de Limoeiro do Norte e do Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE, a Juventude Revolução do PT - Vale do Jaguaribe realizou importante debate sobre "a reforma da Previdência e a juventude", com Antônio Marcos (Dirigente da CUT/FETAMCE), Leninha Maia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte e Clara Andrade, pela JR do PT.

Os presentes alertaram para os prejuízos para os trabalhadores

e, em particular, para juventude e para as mulheres. Destacaram ainda que não há déficit e realçaram o que representa o regime de capitalização, selando a destruição da previdência pública e solidária.

Na Bahia, a coleta de assinaturas ao abaixo assinado do PT contra a "reforma", realizada pelo JR do PT em um bairro da periferia de Salvador demonstrou que os jovens e moradores não estão dispostos a entregar seus direitos sem resistência.

Essas atividades demonstraram um pontapé inicial na organização da juventude para barrar o conjunto de ataques diretos, bem como para defender a democracia.

Maíra Gentil

Que país é este?

No último domingo, 7 de abril fez um ano a criminoso prisão política de Lula.

Os podres poderes que encarceraram Lula não precisaram de provas para condená-lo. Precisaram apenas de convicção. A convicção dos representantes dos interesses do capital financeiro para avançar no Brasil a avassaladora onda destruição de direitos e roubos das riquezas nacionais. A convicção de que é preciso eliminar qualquer vestígio de organização própria da classe trabalhadora, a única capaz de fazer frente à barbárie que o capitalismo ameaça empurrar a humanidade.

A barbárie: no mesmo dia 7, um trabalhador, Evaldo, dirigia-se com sua família, na cidade do Rio de Janeiro, para um chá de bebê. Negro, Evaldo foi assassinado por membros do Exército, com 80 tiros dados “por engano!”. Mais uma barbaridade, em particular contra o povo pobre e negro, de membros das Forças Armadas a quem se atribuiu a segurança pública!

Que país é este?

Este é o país que se avizinha com o Brasil entregue, pelas classes dominantes incapazes de se fazer representar, a um aventureiro cercado por escroques e que se sustenta na ocupação do Estado por membros das Forças Armadas e no Poder Judiciário.

Mas este é também o país onde a classe trabalhadora, com suas organizações, de-

monstrou no dia 22 de março, que está em pé para resistir

No dia 7 de abril, em todo o Brasil e em vários países do mundo, milhares saíram às ruas para exigir a libertação de Lula. Foi a expressão da convicção, com fartas provas dadas nestes 100 dias de governo Bolsonaro,

A FORÇA DA CLASSE PODE DERROTAR O AVENTUREIRO ALÇADO A PRESIDENTE

que a manutenção da prisão de Lula é chave na engrenagem para avançar contra a democracia e acabar com os direitos, a começar pela destruição da Previdência.

Agora é multiplicar os Comitês Lula Livre, integrando a luta para derrotar o projeto de destruição da Previdência, de autoria do capital financeiro e entregue ao Congresso por Bolsonaro. Este é o combate que grupos de base do Diálogo e Ação Petista vão levar no próximo período.

Centrais sindicais, sindicatos e o PT iniciaram uma campanha com um abaixo-assinado dirigido aos deputados para que votem não à PEC. Sabe-se que a maioria deste Congresso não representa os interesses da maioria povo.

Mas, uma forte pressão popular pode colocar pedras no caminho da pretensão do governo de entregar aos especuladores, sedentos para colocar os recursos das aposentadorias na ciranda financeira, no prazo previsto: o quanto antes!

As primeiras iniciativas de coleta de assinatura indicam que o povo está atento, e não está disposto a abrir mão de direitos. Boa parte dos que votaram em Bolsonaro, intoxicados pela mídia, pelas ações e discursos políticos de membros do Judiciário, pelos partidos oficiais da burguesia que não conseguiram manter-se no páreo nas eleições de 2018, começam a se dar conta. A cada dia, as novas estripulias do aventureiro e seus escroques, visa jogar uma verdadeira cortina de fumaça sobre seu objetivo que é abrir a artilharia contra os direitos da maioria trabalhadora.

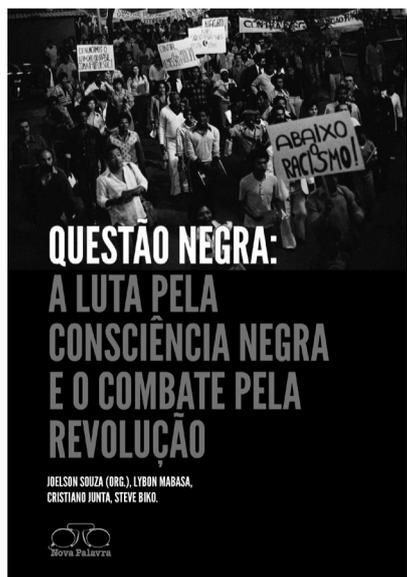
O trabalho com o abaixo assinado permite dialogar com o povo, nos locais de trabalho, nas praças, nos bairros e ir amadurecendo as condições para que, mais à frente, todos juntos, com as organizações da classe possam, através de uma greve geral, colocar uma pá de cal na ofensiva contra a conquista da classe trabalhadora brasileira que representa a Previdência Pública e Solidária. Este mesmo movimento pode amadurecer as condições para a libertação de Lula. Mãos às obras!

O SNI, A QUESTÃO NEGRA E “O TRABALHO”

Faz parte da tradição de “O Trabalho” abordar as questões relativas a situação do negro no Brasil. O site “UOL” no último dia 31 traz matéria com “documentos confidenciais” que mostram como a ditadura militar procurou reprimir o movimento negro. A matéria revela que o recém-criado MNU foi infiltrado além de outras “entidades dedicadas ao estudo da cultura negra”. Publicações e jornais também foram espionados. Considerado “propaganda adversa” (com razão!) este jornal na edição n° 106 (ver ao lado), que aborda a questão dos negros no Brasil, teve um pedido de “atuação para impedir a circulação”, pelo SNI.

LIVRO “QUESTÃO NEGRA” É LANÇADO

O livro “Questão Negra: a luta pela consciência negra e o combate pela revolução”, publicado pela Nova Palavra, ganhou eventos de lançamento no início desse mês. Com textos de Steve Biko, fundador do Movimento da Consciência Negra e outros, o livro aborda a experiência de luta do movimento negro nos Estados Unidos e África do Sul. A publicação organizada por Joelson Souza contou com lançamentos com um animado debate sobre a necessidade da organização dos negros no Brasil, na qual ele próprio participou. Em São Paulo, ocorreram dois eventos, um no centro da cidade que contou com o apoio do mandato do deputado federal Vicentinho do PT e outro no bairro da Vila Maria promovido pelo Movimento Independente de Luta Por Habitação de Vila Maria e contou com a participação dos grupos Vopo-Vozes Poéticas e Negropolis. No Rio de Janeiro a Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT organizou o evento e o secretário Almir Aguiar, presente, falou do impacto negativo da Reforma da Previdência para a população negra. Em Juiz de Fora, a Secretaria de Combate ao Racismo do PT e o SINTTEL apoiaram o evento que contou com a presença do secretário nacional Martvs das Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo. Poético Sararau Criolos.



Memória

MOVIMENTO NEGRO LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

O dia 13 de Maio (...) foi marcado esse ano por várias manifestações em todo o país. (...) Em São Paulo, cerca de 150 pessoas participaram de um ato público em frente ao monumento à Mãe Preta no Largo Paissandu, convocado pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que anunciou para breve o lançamento de uma campanha contra a violência policial. Para os integrantes do MNU, a violência policial é o principal instrumento utilizado pela burguesia para impedir a livre organização dos negros: “desde o tempo da escravidão o negro já era considerado um caso de polícia. O negro, na medida em que se organiza, passa a ser considerado um perigo.

O Trabalho n° 106 – 20/5/1981



Nota: edição citada em informe do SNI (órgão da ditadura) e 7/6/1981 como exemplo de “propaganda adversa”

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição n° 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

“Não calaram, nem calarão, porque somos milhões” (Lula)

Protestos no Brasil e no mundo por 1 ano da prisão

Em 16 países de todos continentes, em 17 capitais e outras cidades, dezenas de milhares pediram a libertação de Lula.

Destacam-se o ato de Paris, com 300 pessoas, onde falaram Jean Luc Melenchon, da França Insubmissa, principal líder da esquerda, o Partido Comunista e o Partido Operário Independente (um dos coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores), além de outros grupos convocados pelo Comitê Lula Livre local. Na Cidade do México o ato reuniu 200 pessoas, sindicalistas,

OST (Organização Socialista dos Trabalhadores) e associações, também puxado pelo Comitê Lula Livre local, e o ato de Lisboa com mais de 100 presentes, PCP, POUS e comitês de brasileiros. Como em outros países (Espanha, Venezuela etc.), as forças do Acordo Internacional dos Trabalhadores (AcIT) estavam presentes.

No Brasil, os atos foram em geral puxados pelo PT, cada vez mais engajado nesta luta, junto com Comitês Lula Livre que se formam. O Diálogo e Ação Petista, membro do AcIT, marcou presença dia 7.

A justa decisão do Diretório Nacional do PT de ligar a luta por Lula Livre com a campanha contra a Reforma da Previdência, ajuda a dar amplitude e, também, concretude aos olhos do povo, para a exigência democrática de libertar Lula, preso político condenado sem provas. Preso para impedir sua eleição e a classe dominante aplicar um programa de destruição.

Justamente, a campanha de massas



Curitiba 7 de abril

para derrotar a reforma da Previdência é o caminho mais curto para criar outra relação de forças no país e tirar Lula da cadeia!

Mais de 10 mil em Curitiba

Delegações de vários estados para exigir Lula Livre

A Caravana Lula Livre pelos estados do Sul, organizada pelo PT, teve como fechamento o ato do dia 7 de abril em Curitiba, em frente à Polícia Federal, local onde Lula é preso político há exatamente um ano. Mais de 10 mil militantes de vários estados do país foram lá exigir a liberdade de Lula e manifestar a disposição de continuar a luta até conseguir o objetivo.

A Caravana e os atos realizados em todo o Brasil no dia 7 de abril representaram um reforço auspicioso da campanha Lula Livre, que teve um momento importante no Encontro Nacional realizado em São Paulo dia 16 de março. Agora, é construir os comitês e levar a campanha para as ruas.

Em Porto Alegre, dia 5, a primeira manifestação foi um debate com Fernando Haddad e centenas de estudantes, chamado pelo DCE da UFRGS. Haddad denunciou o apoio de Bolsonaro à ditadura militar e condenou a proposta de reforma da previdência. Ao final da tarde, uma caminhada em direção ao auditório da Assembleia Legislativa, animada pelo bloco de carnaval “Ai, que saudade do meu ex!” reuniu mais de 1.500 pessoas. Num auditório lotado, diversas falas de sin-

dicalistas, dirigentes do PT, PCdoB e Psol. Diversas vezes os oradores foram interrompidos pela palavra de ordem: Lula Livre! Lula Livre!

Claudir Nespolo, presidente da CUT/RS, ligou a defesa da liberdade de Lula à luta contra a proposta de “Nova Previdência” de Bolsonaro, chamando a atenção da necessidade de uma grande greve geral. Militantes do Diálogo e Ação Petista e estiveram presentes na atividade com faixas e cartazes dizendo Lula Livre! Tirem as mãos da previdência!

Em Florianópolis no dia 6, mesmo com um pouco de chuva, a escadaria do Rosário ficou lotada, com a presença de mais de 2.500 pessoas. Muitos gritos de Lula Livre. Alguns pediam Haddad presidente, outros retrucavam com “Lula presidente”. Os discursos focaram na denúncia da política atroz do governo Bolsonaro e da necessidade de derrotar a reforma da Previdência. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, sublinhou o processo golpista da Lava Jato e sua vergonhosa proposta de financiamento pela Petrobrás e reforçou em seu discurso a entrega da soberania do país. Haddad falou dos ataques quase diários aos direitos e da situação da educação. Também demonstrou preocupação com a comemoração do golpe de 64 e as tentativas de alterar a história a partir dos livros didáticos. Também em Florianópolis o DAP teve participação destacada, com suas faixas, pirulitos e palavras de ordem.

Defesa dos direitos e da soberania

Em Curitiba, no domingo, era o 365º dia da prisão de Lula. Delegações de todo o Brasil começaram a chegar na véspera e na manhã do dia 7. Milhares de pessoas fizeram uma



Porto Alegre, Universidade Federal, 5 de abril

caminhada de 2,5 quilômetros até a Polícia Federal, onde entoaram o “Bom dia, presidente Lula”. Em seguida teve início o ato, com dirigentes de partidos políticos de esquerda, centrais sindicais e movimentos sociais. As ruas tomadas quase não permitiam que as pessoas se movimentassem.

O ex-senador paranaense Roberto Requião afirmou que “não houve processo contra Lula, o que houve foi uma manipulação judiciária”, e concluiu: “Lula Livre é Brasil livre”, referindo-se à retirada de direitos e aos ataques à soberania nacional. Gleisi leu a carta de

Lula dirigida aos manifestantes, onde ele afirma que é preso político, “exilado no próprio país”.

Haddad fechou o ato, chamando a atenção para “o que está em jogo: os direitos do povo e a soberania nacional”.

Correspondentes

“O QUE TEMEM É A ORGANIZAÇÃO DO POVO”

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, quando completou um ano de sua prisão, com o título “Por que têm tanto medo de Lula livre?”, Lula escreve: “Faz um ano que estou preso injustamente, acusado e condenado por um crime que nunca existiu (...) me condenaram numa farsa judicial.

O que mais me angustia, no entanto, é o que se passa com o Brasil e o sofrimento do nosso povo (...) Os direitos do povo e da cidadania vêm sendo revogados, enquanto impõem o arrocho dos salários, a precarização do emprego e a alta do custo de vida. Entregam a soberania nacional, nossas riquezas, nossas empresas e até o nosso território para satisfazer interesses estrangeiros. (...) O Supremo negou-me um justo pedido de habeas corpus, sob pressão da mídia, do mercado e até das Forças Armadas, como confirmou recentemente Jair Bolsonaro, o maior beneficiário daquela perseguição (...).

Na verdade, o que eles temem é a organização do povo que se identifica com nosso projeto de país. Temem ter de reconhecer as arbitrariedades que cometeram para eleger um presidente incapaz e que nos enche de vergonha. Eles sabem que minha libertação é parte importante da retomada da democracia no Brasil. Mas são incapazes de conviver com o processo democrático.”



Centro de Florianópolis 6 de abril

Foto: Jornal O Trabalho

Foto: Cadu Bazilewski



É HORA DE REFORÇAR A LUTA

Preparar o 7º congresso do PT construindo a unidade e fortalecer o partido

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista reuniu-se no dia 30 de março, na sede nacional do PT, e tomou importantes decisões sobre a luta em defesa da Previdência, a campanha Lula Livre e a construção do PT. A destacar a presença do deputado federal Vicentinho (PT-SP) e de Sérgio Antiquiera, presidente do sindicato dos servidores públicos municipais de São Paulo, que fizeram uma greve de 33 dias contra a “reforma” da previdência do prefeito Bruno Covas (PSDB).

É hora de agir! Vamos preparar o Congresso, vamos discutir nossas divergências, mas não vamos nos afastar um milímetro da ajuda à luta dos trabalhadores. Em especial para derrotar a reforma da Previdência e libertar Lula. Esta foi a principal conclusão da reunião, diante da gravidade da situação. Daí o chamado a que os grupos de base se reúnam e organizem a luta. Nesta página as principais decisões do Comitê.

Defesa de Lula e da Previdência

O Comitê Nacional saudou a resolução do Diretório Nacional do PT de 22 de março, mesmo dia em que a classe trabalhadora, em manifestações ocorridas em todo o país, mostrou sua disposição de luta. Como disseram vários companheiros, a Resolução ajuda a dar confiança aos trabalhadores que estão dispostos a resistir, como ficou

demonstrado no dia 22 de março.

O DAP publicará nos próximos dias uma Carta destacando a importância da unidade do PT e a necessidade de construção da greve geral. A Carta tem o objetivo de estimular os grupos de base do DAP e os militantes petistas em geral a intensificarem as panfletagens e manifestações nas ruas. O DAP também deverá reforçar o abaixo-assinado do PT contra a reforma da Previdência.

Da mesma forma, o DAP registra a unidade do partido na campanha Lula Livre, expressa nas grandes manifestações do dia 7 de abril, quando se completou um ano da prisão de Lula (ver matéria na página 4).

Rumo ao 7º Congresso

O DAP avalia que a decisão do Diretório Nacional sobre o 7º Congresso, com a volta da eleição dos delegados nacionais no PED (Processo de Eleições Diretas) municipal (e não nos congressos estaduais, como foi no 6º Congresso), representa um recuo. Na reunião do Diretório Nacional os membros eleitos pelo Diálogo e Ação Petista votaram contra tal decisão. Mas o DAP participará ativamente da construção do 7º Congresso, nas regras estabelecidas.

O processo de preparação do 7º Congresso será um momento importante de construção partidária. O DAP lançará um chamado às novas

filiações com base em pontos políticos que consideramos essenciais. O prazo de filiação para que o novo militante vote no PED é 8 de junho.

Fortalecer o DAP

O Comitê Nacional adotou decisões de construção do DAP. A principal é o incentivo à realização de encontros estaduais, que impulsionam a criação de grupos de base em novas cidades ou regiões.

Para a próxima reunião do Comitê Nacional, dia 18 de maio, será feito um esforço para a participação de representantes de todos os estados

onde o DAP atua, além daqueles já presentes no Comitê Nacional.

Sobre finanças, os grupos de base devem fazer valer a contribuição do “cafezinho”, além de materiais como camisetas e bottons.

Roberto Salomão



30 de março, reunião do Comitê Nacional do DAP

Foto: Jornal O Trabalho

ENCONTROS ESTADUAIS DO DAP

O DAP do Rio Grande do Sul fará seu encontro estadual neste sábado, 13 de abril, em Porto Alegre. Na pauta, a campanha Lula Livre, a luta em defesa da Previdência e a preparação do 7º Congresso do PT. Também no dia 13 ocorre o Encontro Estadual de Pernambuco. Já a Bahia realiza em 4 de maio. Minas Gerais já realizou o seu.

CALENDÁRIO 7º CONGRESSO

- **Junho de 2019, dia 8:** Prazo de filiação para participar do processo, para votar e ser votado
- **Setembro, dia 8:** PED municipal para eleger os DMs, junto com votação de chapa de delegados estaduais e chapa de delegados nacionais (cidades com Comissão Provisória só elegem DMs)
- **Outubro, dias 19 e 20:** Encontro de delegados estaduais elege os DRs (etapa estadual do 7º Congresso)
- **Novembro, 22, 23 e 24:** Encontro de delegados nacionais para eleger o DN (etapa nacional do 7º Congresso)

PLENÁRIA DE MANDATO

O deputado estadual Betão (PT-MG), integrante do DAP, realiza a primeira plenária de seu mandato no dia 18 de maio em Juiz de Fora. Na pauta, o balanço do mandato, a campanha Lula Livre, a luta



Reunião do DAP em Andrelândia (MG)

Foto: Jornal O Trabalho

contra a reforma da Previdência e a preparação do 7º Congresso do PT.

Betão tem promovido reuniões em várias cidades do estado para a construção do DAP, como em Andrelândia, Ubá, Leopoldina e outras.

Em Andrelândia, com mais de 20 militantes e dirigentes, Odilon Matos, coordenador do DAP de Andrelândia, iniciou o debate sobre a luta contra a “reforma” da Previdência e a campanha Lula livre.

Gilson Lyrio representou o manda-

to de Betão, falando das iniciativas e a atual situação política, assim como relatou sobre a reunião do Comitê Nacional do DAP, que analisou as mudanças partir das manifestações de 22 de março, quando milhares de trabalhadores e trabalhadoras tomaram as ruas do Brasil em defesa da Previdência Pública.

Em Ubá, a reunião aconteceu no dia 9 de abril, no Sindicato dos Marceneiros, e em Leopoldina no dia 10.

“É LULA LIVRE, É RESISTÊNCIA, ESTOU NA LUTA DEFENDENDO A PREVIDÊNCIA”



Foto: Cadu Bazilewski

Delegação do Diálogo e Ação Petista paulista ao grande ato realizado em Curitiba no dia 7 de abril. Com faixas, pirulitos, adesivos e palavras de ordem, sempre fazendo a ligação entre a luta pela liberdade de Lula e a defesa dos direitos dos trabalhadores e da Nação.

Entidades sindicais enfrentam Medida Provisória do governo Bolsonaro

“Se os trabalhadores querem ter sindicato, direitos e reajuste salarial, precisam se filiar”

Tentando impedir a capacidade dos Sindicatos e das Centrais organizarem a luta contra a Reforma da Previdência, Bolsonaro editou, às vésperas do carnaval, a Medida Provisória (MP) de número 873, que tenta impedir o desconto em folha da mensalidade sindical e outras contribuições dos trabalhadores. Sobre isso, O Trabalho conversou com Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

O Trabalho - De que forma a MP 873 afeta os sindicatos?

Paulo Zocchi - Ela é um ataque frontal e brutal, porque visa atralhar ou no limite bloquear qualquer repasse aos sindicatos, inclusive aqueles decididos em assembleia ou a mensalidade, cujo desconto é autorizado pelo próprio trabalhador e acordado com o empregador. Essa medida é uma ingerência direta do governo, uma



Paulo Zocchi realiza campanha de sindicalização na Ed. Abril

arbitrariedade e uma brutalidade contra a organização dos trabalhadores.

OT - Como essa MP se relaciona com as lutas dos Sindicatos?

PZ - Evidentemente é um ataque que faz parte de todo arsenal que Bolsonaro faz à classe trabalhadora. Na medida em que ele quer acabar com a Previdência pública, liquidar o direito à aposentadoria; na medida em que ele quer reduzir ainda mais os direitos trabalhistas ou

até aniquilá-los com a carteira verde e amarela, na verdade, com quem ele se confronta? Com a classe trabalhadora organizada em seus sindicatos. Então essa MP visa estrangular financeiramente as entidades, atingi-las na sua estrutura material, na sua capacidade de organizar a resistência da classe.

OT - Na sua opinião, como o movimento sindical pode enfrentar essa medida?

PZ - No Sindicato de Jornalistas nós tivemos uma experiência importante porque nós iniciamos uma campanha de sindicalização e comparecemos, até agora, nas empresas de jornais e revistas da capital, onde também está começando a campanha salarial (O Estado de São Paulo, Folha de S.Paulo, Editora Abril, Editora Globo e outras).

O debate partia da necessidade de construir uma campanha salarial ativa, pelo reajuste salarial e pela Convenção Coletiva de Trabalho. Ao mesmo tempo

desenvolvemos a discussão da reforma da Previdência, explicando que o sistema de repartição se sustenta, e que os principais problemas são a sonegação dos patrões, a desoneração da folha de pagamento dos patrões, e o desvio de verbas da Seguridade Social para outros fins por parte do governo. Por isso, a posição do Sindicato é muito clara: “Não à Reforma da Previdência”.

A partir daí, abordamos que o governo Bolsonaro, com a MP, quer impedir que os Sindicatos organizem essa luta, e coloca as entidades numa situação difícil, tendo de diminuir ainda mais sua estrutura e sua capacidade de reagir aos problemas da categoria. Se os trabalhadores querem ter um sindicato para, por exemplo, negociar o reajuste salarial, precisam se filiar. E o resultado foi muito positivo, com dezenas e dezenas de sindicalizações em poucos dias, como não víamos há muitos e muitos anos, que sentimos ser uma resposta da categoria contra a violência do governo Bolsonaro.

Em Joinville, municipais elegem nova direção

Direção eleita assume em meio à campanha salarial e à luta pela previdência

Em Santa Catarina, nos dias 14 e 15 de março, ocorreu a eleição do Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville e Região (Sinsej). A Chapa 2, “Servidor em Luta”, ligada à CUT, venceu com 959 votos, contra 953 da Chapa 1 e 567 da chapa 3.

O Trabalho entrevistou Jane Becker, que encabeça a chapa vencedora.

O Trabalho - Quais foram as principais bandeiras da chapa?

Jane Becker - As principais bandeiras foram a defesa dos direitos do servidor, serviço público de qualidade, com condições adequadas de trabalho. Há anos o governo vem precarizando o serviço público, com a velha política

de “precarizar para privatizar”. Vários setores têm sido terceirizados, e com a Emenda Constitucional 95, que congela investimento no serviço público em todo o país, a coisa só piora. Durante a campanha, o teto do prédio onde funciona a Secretaria de Meio Ambiente desabou em cima dos servidores, deixando várias pessoas gravemente feridas. Nossa proposta é estar permanentemente nos locais de trabalho dialogando com a categoria.

OT - A posse acontece com a campanha salarial em andamento. Quais os principais desafios?

JB - As últimas campanhas salariais



22 de março: direção eleita, na luta em defesa da Previdência, ao centro (blusa amarela), Jane Becker

foram desastrosas para a categoria. Ameaças de corte no vale-alimentação, reposição da inflação de forma parcelada. O nosso maior desafio é diminuir as perdas salariais dos últimos anos e avançar na conquista dos direitos. A redução para 30 horas semanais sem perda salarial e o cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério,

com aplicação de 33,3% da hora-atividade, foram muito discutidas durante a campanha. São reivindicações históricas da categoria e vamos lutar para colocar em prática.

OT - Como está a luta contra a reforma da Previdência?

JB - Nossa categoria é de luta. Fizemos uma grande paralisação em 2017, contra a reforma da Previdência proposta pelo Temer e agora, atendendo ao chamado da CUT, paralisamos no dia 22 de março para nos manifestar contra a reforma do Bolsonaro. A nova diretoria quer estar junto com a CUT e as centrais sindicais construindo a Greve Geral para barrar esse ataque.

Servidores da Bahia entram em greve

Movimento pressiona governador do PT, Rui Costa, a negociar

Desde 4 de abril, docentes das quatro universidades estaduais baianas estão em greve exigindo reajuste salarial, garantia dos direitos na carreira e melhoria no Planserv (plano de saúde). O governo suspendeu a negociação, mas foi obrigado a ceder e liberou R\$ 36 milhões em reunião com Reitores.

Ronilda Barreto, coordenadora da associação dos docentes da UNEB

(uma das universidades estaduais) disse que orçamento e salário são obrigação do governo. “A greve ficou ainda mais forte”, afirma.

Rui Costa (PT) foi reeleito com 76% dos votos, derrotando no estado a política de Bolsonaro (PSL) e de ACM Neto (DEM). Mas adota medidas contraditórias com o mandato popular. Em dezembro diminuiu aporte ao Planserv

e aumentou de 12% para 14% a contribuição do servidor para a Previdência, o que reduziu os salários que já estão há quatro anos sem recomposição.

A CUT Bahia disse que com o “negligenciamento de pautas não restou outra alternativa” e apoia a greve. A Executiva Estadual do PT defende que seja instalada mesa de negociação. Escuta o PT, Rui!

Já o Fórum Renova Andes, com-

posto por docentes das quatro universidades, defende “a construção da unidade com as entidades do funcionalismo por reajuste”. Quem teria medo desta unidade, a não ser o governo? Parece que a Conlutas, que dirige a maioria das entidades docentes, ainda não “entendeu” isso.

José Paulo

Intensificar nas bases a discussão da Previdência, rumo à greve geral

Nos atos de 1º de Maio, as centrais sindicais devem convocá-la para o início de junho

Depois das mobilizações em todo o país ocorridas em 22 de março, que esquentaram o clima para uma greve geral para barrar a aprovação pelo Congresso da “reforma” da Previdência de Bolsonaro/Guedes, a próxima mobilização do movimento sindical se dará no 1º de Maio, dia internacional de luta da classe trabalhadora.

Em São Paulo está sendo organizado um 1º de Maio unificado de todas as centrais, focado na defesa da aposentadoria e dos direitos previdenciários dos trabalhadores. As direções das centrais orientaram iniciativas do mesmo tipo em todos os estados.

Um abaixo-assinado dirigido aos parlamentares exigindo “Vote NÃO À PEC 06/2019! Defenda a aposentadoria e a seguridade social do povo brasileiro”, foi lançado em 4 de abril. Ele é um instrumento importante para a mais ampla discussão nos locais de trabalho e em praças públicas (veja

exemplos nesta página).

Na sua introdução podemos ler: “Esta Proposta de Emenda à Constituição dificulta o acesso à aposentadoria, aumenta o tempo de contribuição e de trabalho, diminui o valor dos benefícios e ameaça a existência da seguridade social (aposentadoria, benefícios da assistência social como o BPC e as políticas de saúde). Enquanto isso, a PEC 06/2019 não combate a sonegação das empresas devedoras da previdência, mantém privilégios e incentiva a previdência privada (os planos de capitalização), que só beneficiam os banqueiros”.

CNTE propõe greve geral às centrais

Em 29 de abril o conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, filiada à CUT), que representa sindicatos de professores e auxiliares da rede pública de ensino de todos o país, adotou o indicativo de greve nacional da ca-

tegoria em 15 de maio, centrada no combate à destruição da Previdência, e ao mesmo tempo indicou essa data às centrais sindicais para a convocação da greve geral.

A CNTE tem autoridade para fazê-lo, pois seus sindicatos de base fizeram paralisações nas escolas em 22 de março e são os maiores, em número de filiados, em cada uma das unidades da federação. Sua decisão de avançar uma data para a greve geral é de grande importância e já levou as centrais a iniciarem discussões neste sentido.

Assim, tudo indica que nos atos de 1º de Maio será convocada a greve geral ainda neste primeiro semestre, tendo como limite a data de 15 de junho, como uma demonstração do conjunto da classe trabalhadora de que não aceita a perda de seus direitos.

Pressão nos parlamentares

Passados 100 dias da posse de Bol-

sonaro, a PEC 06 ainda está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A presença de um deputado armado, o delegado Waldir (GO), líder do PSL, na sessão da CCJ de 9 de abril e a reação dos deputados da oposição a esse absurdo, adiaram a votação para 17 de abril, numa situação em que o governo ainda não construiu uma “base” sólida na Câmara.

A pressão em cima dos parlamentares, portanto, ganha importância e deve ser feita nas suas bases eleitorais. A CUT está atualizando uma ferramenta na Internet, “Na pressão”, que permite acessar redes sociais e e-mails de deputados e senadores em função da tramitação da PEC 06. Essa ferramenta poderá ser acessada em www.reajaagora.org.br.

O 22 de março mostrou que é possível ganhar essa batalha contra a PEC 06 e em defesa da Previdência pública e solidária. Agora é arregañar as mangas e preparar a greve geral!

Entre na luta pelo voto NÃO à destruição da Previdência

Abaixo-assinado é um bom instrumento de discussão com o povo

Um abaixo-assinado organizado pela CUT e as Centrais Sindicais tem o objetivo de materializar a indignação do povo com a proposta de Reforma da Previdência do governo Bolsonaro. O lançamento da campanha nacional de coleta de assinaturas foi no dia 4 de abril, na Praça Ramos, em São Paulo (SP), e foi bem recebido pela população.

O instrumento é uma forma de dialogar com a maioria do povo, que está contra a Reforma. De acordo com pesquisa Vox Populi divulgada dia 8 de abril, 65% dos brasileiros são contra a PEC 6/2019. Mesmo entre aqueles que defendem o governo Bolsonaro, 43% já reprovam a Reforma, o que mostra a possibilidade de mobilizar todos os trabalhadores, de forma unitária, pelo seu direito à aposentadoria e aos benefícios.

No dia 4, a barraca montada na Praça Ramos também buscava escla-



Banca de Abaixo-Assinado - no HC em São Paulo



Banca de Abaixo-Assinado em São Paulo

recer as pessoas que estavam ansiosas por informações. Com o “Aposentômetro”, calculadora preparada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os trabalhadores viam o impacto da reforma em suas próprias vidas.

De acordo com o site da CUT São Paulo, foi o aconteceu por exemplo com o vendedor Marco Vernucio, 64 anos. Pelas regras atuais, assim que completar 65 anos, poderá se aposentar e terá o direito de receber 98% do valor do benefício. Já pela proposta de Bolsonaro, ele receberá

somente 76%. “Eu espero que não passe essa reforma e que todos possam se aposentar, viver e ter condições de comprar os remédios. É um direito nosso”, ele afirmou.

250 assinaturas em 2 horas

No mesmo dia 04, o Comitê Lula Livre da Av. Paulista (na capital de São Paulo) montou uma banca na calçada em frente ao Hospital das Clínicas, em parceria com o grupo do Diálogo e Ação Petista (DAP) e com o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado. A adesão empolgou os organizadores.

“Algumas pessoas não esperaram nem a gente montar a banquinha e já estavam pedindo para assinar, com isso foram 250 pessoas aderindo ao abaixo-assinado entre meio dia e duas da tarde”, relatam companheiras. “Quem calculava sua aposentadoria no Aposentômetro saía revoltado”.

O DAP exibiu na banquinha cartazes pela libertação de Lula e panfletou o jornal do PT sobre a Previdência. “A recepção foi das melhores possíveis”, avaliam as militantes.

Priscilla Chandretti

Lava Jato desvia dinheiro de multas

Quanto mais mexe, mais fede a republiqueta de Curitiba

Uma nova maracutaia bilionária da Lava Jato veio à tona. A “força tarefa” recebeu R\$ 6,8 bilhões referentes à multa aplicada à Odebrecht no acordo de leniência que a empresa firmou com o Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos, em 2016. Como no caso da “multa” da Petrobras, também negociada com o DoJ (onde o pessoal da Lava Jato queria embolsar 2,5 bilhões de reais), os procuradores da Lava Jato não são autoridades competentes para receber o dinheiro - nem mesmo para negociar tal acordo. Mas no caso da Odebrecht, pior, não se sabe onde foi parar o dinheiro, que supostamente foi depositado em conta administrada pelo Ministério Público Federal de Curitiba.

Onde está o dinheiro?

Em denúncia à Procuradoria Geral da República (PGR), o deputado Jorge Solla (PT-BA) exige investigação: “O Brasil precisa saber onde foram parar os bilhões. São três vezes o que iam roubar da multa da Petrobras” - através da fundação que a Lava Jato constituiu, suspensa em março pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Solla solicitou ainda à PGR a extensão de tal decisão (sobre Petrobras) do STF para o acordo



Moro e Dallagnol: os farsantes que condenaram Lula, sem provas, é que deveriam estar na cadeia



de leniência da Odebrecht. “É um absurdo que promotores se apropriem de recursos de pagamento de multas. No termo de leniência, verifica-se que a multa ficou sob a guarda deles, aparentemente sem o acompanhamento de qualquer órgão de controle externo. Isso é ilegal, é imoral. Esse recurso deveria ter ido para os cofres públicos”.

Na representação, o petista reclama ainda que o então juiz Sérgio Moro negou, por três vezes, publicidade ao “Apêndice 5” do acordo de leniência, referente ao cronograma de pagamento e aos detalhes da destinação dos recursos. O próprio ministro do STF, Alexandre Moraes, também pediu explicações à vara de Curitiba sobre o tema.

Crimes da Lava Jato

Em discurso na Câmara dos de-

putados, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann acusou os membros da Lava Jato de incorrerem em quatro crimes: corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e organização criminosa.

“Quem teria de estar preso não era Lula, mas Deltan Dallagnol e Sérgio Moro, porque incidiram em quatro crimes. Primeiro, de corrupção passiva

(art. 317), ao entregar informações relevantes aos Estados Unidos e Suíça para prejudicar as empresas e o Brasil. E receberam por isso”.

Segundo, ao fazer “acordo de lesa pátria, criando uma fundação (para receber a multa acordada da Petrobras em troca de informações aos EUA), e incorreram no crime de lavagem de dinheiro (lei 9613)”. Terceiro, quando “atuaram de maneira organizada e hierárquica para desviar recursos públicos por fora do orçamento num fundo e numa fundação: portanto, incorrem em formação de quadrilha (art. 288)”. Por fim, “usaram recursos obtidos de forma ilícita” para sustentar e promover atividades de interesse pessoal, além de interferir em questões de governo. “Isso é organização criminosa (lei 12.850)”.

Alberto Handfas

PROJETO PONTES

Um telegrama do Departamento de Estado dos EUA vazado pela Wikileaks mostra sua participação direta num seminário juizes ocorrido em 2009, quando foi lançado o “Projeto Pontes” - uma colaboração de juizes brasileiros (coordenados por Moro) com os Estados Unidos. Originalmente voltado à “luta contra o terrorismo”, o Projeto, financiado pelos EUA, passou a servir para atacar a Petrobras e colocar Moro e a Lava Jato em evidência. Um novo encontro da Associação dos Juizes Federais, financiado também pelo DoJ, dará continuação ao Projeto Pontes.

Quilombolas denunciam Brasil na OIT

Com o acordo de Bolsonaro e Trump, eles temem mais violações na base de Alcântara

Representantes dos sindicatos Rdos Trabalhadores Rurais de Alcântara (STTR) e dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Alcântara (SINTRAF) apresentaram à Organização Internacional do Trabalho (OIT) uma queixa formal, denunciando o estado brasileiro por graves violações diante dos planos de expansão da base de Alcântara.

As entidades pedem que a OIT pressione o país a não realizar qualquer tipo de atividade de expansão do projeto espacial na base antes que a titulação de suas terras esteja concluída. A convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, reconhece o direito dos povos de manter suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, bem como manter e fortalecer suas línguas e religiões, dentro do âmbito dos estados onde moram. “As comunidades quilombolas exigem, ainda, a restituição das terras expropriadas para a implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, um processo que se deu sem observância aos direitos das comunidades afetadas”, afirmam os sindicalistas.

A recente visita de Bolsonaro aos EUA



Cidade de Alcântara (MA), quilombolas em coletiva à imprensa sobre denúncia à OIT

iniciou um novo capítulo de terror para as comunidades quilombolas de Alcântara. Bolsonaro assinou um acordo de salvaguardas para permitir que os EUA lancem foguetes da base espacial, garantindo a proteção da tecnologia estadunidense no uso do território brasileiro em suas operações comerciais!

Para as mais de 150 comunidades quilombolas de Alcântara, a questão vai além da defesa da soberania do território nacional. Há mais de 40 anos, quilombolas sofrem a perda de seus territórios e acesso a recursos naturais, necessários para sua sobrevivência, com a expansão do Centro Espacial de Alcântara. Ocorreram remoções forçadas e expropriação de terras sem compensação desde sua criação em 1982. Segundo

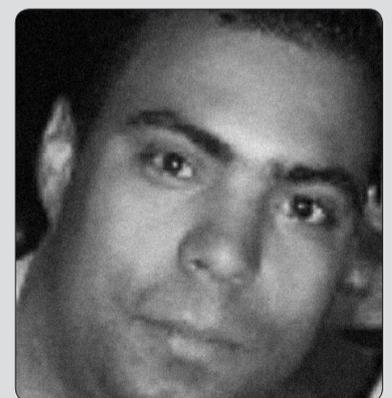
os sindicalistas, a expropriação das terras quilombolas já atingiu mais de 2 mil famílias e um território que corresponde a quase 52% da superfície do município de Alcântara. A queixa ainda argumenta que as famílias afetadas foram transferidas para terras pouco férteis e insuficientes para o desenvolvimento das atividades econômicas, resultando no agravamento da pobreza.

Entregando a Amazônia

A sanha em ser o melhor capacho dos EUA não cessa em Bolsonaro. Ele anunciou segunda-feira (8/4) um novo ataque à soberania brasileira. Desta vez prometeu entregar a Floresta Amazônica para a exploração de empresas estadunidenses: “Quero explorar a região amazônica em parceria com os Estados Unidos”, disse em entrevista à Jovem Pan. Segundo ele, o que atrapalha a exploração na floresta com a maior biodiversidade do planeta é a “indústria da demarcação”: “a demarcação que eu puder rever, eu vou rever”.

Tiago Maciel

ANDERSON, PRESENTE!



Há 13 anos, em 10 de abril de 2006, era assassinado à tiros Anderson Luís, 31 anos, militante negro da Corrente O Trabalho e dirigente do Sintrafrio (sindicato dos trabalhadores na indústria de alimentação), no Rio de Janeiro.

13 anos depois o crime não foi apurado! A exigência continua: apuração do crime e punição dos responsáveis!

Atividade lembra a prisão de Lula em 1980

Evento faz parte da campanha Lula Livre, explica Djalma Bom, um dos organizadores

No próximo dia 19 completam-se 39 anos da primeira prisão de Lula, juntamente com outros sindicalistas do ABC, em meio à greve dos metalúrgicos de 1980. Para marcar a data, será realizada uma atividade no Memorial da Resistência, em São Paulo. Um dos organizadores é o companheiro Djalma Bom, que estava entre os dirigentes sindicais metalúrgicos presos na época.

“Eu e outros companheiros montamos um Comitê Lula Livre aqui na rua João Moura, em São Paulo, onde moro. Éramos cinco pessoas, no início, e numa panfletagem que fizemos conseguimos reunir 28 e distribuir mais de mil jornais. Daí resolvemos marcar essa atividade, para lembrar da prisão, num momento em que Lula é de novo um preso político”, afirma Djalma, que foi deputado federal e vice-prefeito de São Bernardo do Campo.

Em 1980, a ditadura buscava acabar com a poderosa greve dos metalúrgicos, um movimento que reivindicava reajuste salarial e reunia assembleias com cerca de 70 mil metalúrgicos no estádio da Vila Euclides. Naquele mês de abril, houve uma sucessão de medidas: no dia 15, o Tribunal Regional do Trabalho decretou a ilegalidade da

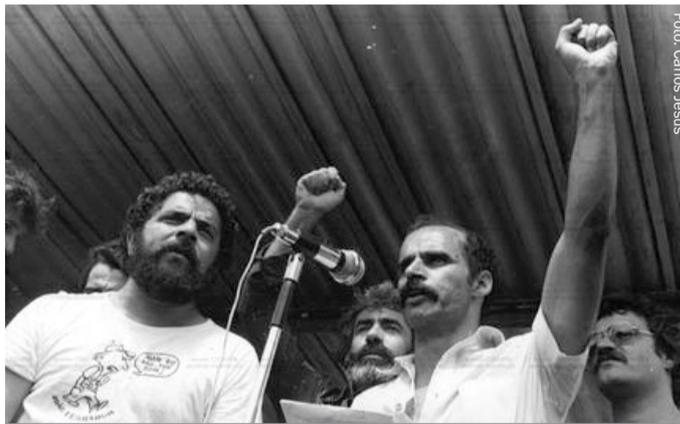
greve. Dois dias depois, o Ministério do Trabalho interveio em dois sindicatos de metalúrgicos: de São Bernardo do Campo e Diadema e de Santo André, que na época eram separados. Os diretores foram afastados das entidades.

No dia 19 começaram as prisões. Nem assim a greve refluiu, e só terminou em 12 de maio, depois de 41 dias.

Os primeiros a serem presos, às 6 horas da manhã do dia 19 foram Lula, Djalma e Devanir Ribeiro. Depois, houve outras detenções. Eles foram levados para o Dops, a polícia política da ditadura, cuja sede é o local onde hoje funciona o Memorial da Resistência. Os 12 sindicalistas do ABC acabariam ficando na prisão até 20 de maio.

Organização e solidariedade

“A ideia da repressão é que, prendendo as principais lideranças, automaticamente a greve poderia ter um refluxo. Mas até aumentou. No próprio sábado em que fomos presos houve assembleia. Quando foi anunciado que o Lula tinha sido preso, foi uma revolta geral



30/03/1980: ao lado de Lula, Djalma fala na assembleia dos metalúrgicos do ABC

dos metalúrgicos”, diz Djalma.

A organização e a experiência acumulada nos anos anteriores foram essenciais. Aquele era o momento de retomada das amplas greves operárias, depois de dez anos de repressão dura. “A greve de 1978 foi dentro das fábricas. A de 1979 foi uma greve geral da categoria, e já houve intervenção no sindicato por um período. Nossa data-base era 1º de abril, mas a campanha salarial de 1980 começou já em agosto de 1979. Organizamos o Fundo de Greve e começamos a realizar reuniões nos bairros de São Bernardo”, conta o companheiro.

O sindicato estava sem o seu prédio,

ocupado pelos interventores, e com os principais dirigentes na cadeia, mas a estrutura montada com antecedência, mais a ampla solidariedade que se formou em torno da greve, mantiveram de pé o movimento. O PT, que começava se estruturar, participou desse processo. O Fundo de Greve amparou 32 mil famílias de metalúrgicos (cerca de 120 mil pessoas), distribuindo 460 toneladas de alimentos.

Para Djalma, “está claro que Lula é um preso político”, por isso é necessário ampliar a luta por sua liberdade: “A Justiça não vai tomar a decisão de libertar o Lula se não houver uma grande pressão. Temos que fazer essa campanha em cada rua, em cada praça, em cada local de trabalho. É a tarefa que cabe a cada um de nós”.

A atividade que lembrará os 39 anos da prisão de 1980 será no dia 19 de abril, ao meio-dia. O Memorial da Resistência fica no Largo General Osório, 66, no bairro de Santa Ifigênia, São Paulo.

Cláudio Soares

Defender o STF é defender a democracia?

Toffoli propõe manifesto e entidades entram no seu jogo

Em 3 de abril, numa sessão solene no Supremo Tribunal Federal (STF), foi entregue ao seu atual presidente Dias Toffoli, um manifesto “em apoio do STF” assinado por 160 lideranças da “sociedade civil”.

Apresentado como de iniciativa da OAB, na verdade a minuta do manifesto remetido às entidades foi de autoria do próprio Toffoli, cuja motivação era defender o STF diante de anunciados atos de bolsonaristas previstos para 7 de abril que teriam em sua pauta ataques a ministros do Supremo e defesa da Lava-Jato.

Além da OAB, o manifesto foi assinado pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), pelo presidente da FIESP Paulo Skaf – que em sua fala defendeu um “voto de confiança no governo Bolsonaro” – e outros empresários e pela presidente da UNE. Mas o maior número de assinaturas veio de sindicatos filiados à CTB (cujas relações com o PCdoB são conhecidas), além dos presidentes das centrais UGT, CSB, CTB, Força Sindical e, pasmem, de Vagner Freitas da CUT.

No site da CUT, a matéria que registra o evento cita Vagner: “não se pode confundir defesa do STF, entidade imprescindível à democracia brasileira

e que tem que ser defendida, com atitudes e decisões de juízes e ministros do STF que a classe trabalhadora e a sociedade contestam e condenam”. Ora, defender a instituição STF é defender a democracia? É um redondo equívoco.

O papel do STF

O STF é a mais antidemocrática das instituições brasileiras. Ele é a cabeça de um poder Judiciário que não tem qualquer controle da sociedade, com uma longa folha de serviços prestados para legitimar atentados contra os mais elementares direitos democráticos. Basta lembrar a entrega da esposa de Prestes, Olga Benário, grávida, à Gestapo nazista em 1936, a legitimação do golpe militar de 1964, a aprovação da anistia a torturadores e crimes da ditadura, até chegar à situação em que o STF cobriu o golpe do “impeachment” de Dilma, rasgou a Constituição ao permitir a prisão de Lula e afastá-lo das eleições de 2018 e é responsável por mantê-lo preso a mais de um ano em Curitiba.

Como é possível que o presidente da CUT, em contradição com todas as resoluções da central que caracterizam o papel do STF no golpe de 2016 e na prisão de Lula, possa ter assinado tal manifesto?

Sem reunião de instância, pois era “urgente”, houve consultas entre dirigentes da CUT, e os que foram ouvidos da Articulação Sindical e CSD (ligada à DS no PT), não viram problema em assiná-lo, pois era a “defesa da instituição” e “não dos atuais ministros”. No dia seguinte da entrega do manifesto, 4 de abril, Toffoli adiou o julgamento do pedido da defesa de Lula sobre a prisão em segunda instância (aprovada por 6 x 5 no STF em abril de 2018), previsto para 10 de abril.

Um episódio lamentável que mostra uma confusão entre a defesa da democracia e a de uma instituição que a pisoteia. Esperemos que tenha sido apenas um erro político, ainda que grave, e pare por aí.

Julio Turra



Em 1967 o Ministro Oswaldo Trigueiro, que viria a ser presidente do STF, recebe o ditador Costa e Silva



Em 2018, Toffoli recebe o golpista Temer no dia de sua posse como presidente do STF

França: unidade para derrotar Macron

Convenção nacional dos Comitês de Resistência e Reconquista

Em 30 de março, em Paris, a Convenção Nacional de Comitês de Resistência e Reconquista reuniu 324 delegados representando 3.500 trabalhadores: Coletes Amarelos, sindicalistas, militantes operários, parlamentares, de diversas tendências políticas. No mesmo dia a 20ª jornada de luta dos Coletes Amarelos reuniu milhares em toda a França. Na Convenção, após um debate apaixonado foi adotada uma Declaração que se inicia saudando a luta do povo da Argélia - ex-colônia francesa - e da qual publicamos trechos.

“Nós, delegados da Convenção Nacional declaramos:

-Há mais de quatro meses o governo responde à revolta dos Coletes Amarelos com violência estatal, leis que tolhem a liberdade, medidas de exceção numa escalada repressiva tão odiosa quanto perigosa;

-Mais de nove mil pessoas já foram presas preventivamente, duas mil foram condenadas. Há milhares de feridos, centenas com gravidade e mutilações, entre os quais jovens secundaristas selvagememente reprimidos.

-Agora, o governo foi mais longe: em 23 de março, em diversas cidades, as manifestações foram proibidas e, fato sem precedentes desde 1947, o governo apelou às forças armadas;

-A razão dessa escalada totalitária é impor as mesmas políticas destrutivas rejeitadas em toda Europa; para satisfazer as exigências do capital, centenas de bilhões de euros são dados de presente aos grandes grupos econômicos que demitem

os trabalhadores e querem liquidar nossas conquistas sociais;

-O governo prepara uma reforma da previdência cujo objetivo é acabar totalmente com essa conquista essencial da classe trabalhadora, arrancada em 1945, e instaurar um sistema de pontos que liquida com os quarenta e dois regimes especiais existentes; serviços públicos, funcionalismo público, proteção social, direito à educação e à saúde, querem acabar com tudo isso.

Apesar da repressão a revolta não recua. Todas as semanas nós nos manifestamos para mudar esse sistema e exigir: Fora Macron!

Chega desse governo que serve exclusivamente ao capital financeiro. Chega desses partidos que se sucedem no poder, dessas instituições antidemocráticas da 5ª República que garantem a dominação do capital financeiro.

Ninguém aguenta mais!

De 5 a 7 de abril, centenas de Coletes Amarelos de todos o país, mandatados por assembleias gerais, irão se reunir na cidade de Saint-Nazaire. Nós os saudamos fraternalmente.

No plano local, apesar das “reservas” e “hesitações” das direções nacionais do movimento operário, os trabalhadores, aposentados, jovens, com os Coletes Amarelos e os sindicalistas, desfilam lado a lado.

Em nossos Comitês de Resistência e Reconquista, Coletes Amarelos, sindicalistas, militantes de todas as tendências, estamos convictos de que é nossa responsabilidade batalhar pela unidade, começando pela base,

em cada localidade.

A resistência se exprime na França e noutros países da Europa. Nós partimos dela para continuar a agir impulsionando a unidade. É com unidade, todos juntos, pela ação coletiva, nas manifestações e pela greve de massa, que poderemos bloquear, fazer recuar e derrotar Macron e sua política. Chamamos a reforçar e expandir os Comitês de Resistência e de Reconquista, a multiplicar reuniões para prestar contas de nosso mandato, a manter o vínculo permanente entre nós.”

Correspondente



Capa do jornal francês Informações Operárias, com a cobertura da Convenção nacional

COMITÊ EUROPEU DE CORRESPONDÊNCIA

A revolta do povo francês que não aceita a destruição dos seus direitos e conquistas sociais forneceu o ponto de apoio para a constituição de um Comitê Europeu de Correspondência. Seu objetivo é “fazer circular informações e debater livremente as respectivas experiências de luta contribuindo para ajudar a amadurecer as condições da grandiosa luta de conjunto que se anuncia na Europa”.

A proposta foi lançada em 28 de fevereiro, em Paris, por dezenas de militantes políticos, sindicalistas, Coletes Amarelos, detentores de mandato eletivo, inclusive um deputado da França Insubmissa, que também participou da Convenção dos Comitês de Resistência e Reconquista.

Trata-se da batalha por restabelecer a unidade dos trabalhadores no continente (inclusive com o Leste Europeu), e “para se liberar dos entraves da política de submissão e acompanhamento das velhas direções que, durante décadas, paralisou nossa resistência contra o rolo compressor do capital financeiro”.

Os signatários se propõem a organizar no início de maio uma primeira reunião para constituir o Comitê Europeu.

Chile: a luta por uma Previdência Pública e Solidária

Ruas voltam a ser ocupadas para pôr fim à capitalização individual

Em 31 de março, convocada pela Coordenadora Nacional de Trabalhadores do Chile (CNT), que dirige a campanha “NO+AFP” (Administradora de Fundo de Pensão), uma mobilização nacional ganhou as ruas em 32 cidades do país, apesar do boicote dos meios de comunicação que ignoraram o movimento, em acordo com os grandes grupos econômicos.

Os mesmos grupos que exercem forte pressão para que o governo direitista de Piñera faça todas as reformas, entre elas do sistema de pensões, que só beneficia a Administradora, melhorando sua posição no atual e perverso sistema de pensões, prejudicando aos trabalhadores em todos os sentidos.

Roubando dos trabalhadores

Cada dia surgem novos casos de corrupção na administração dos planos, e estes seguem impunes, protegidos por uma máquina que esconde tais fatos. Abertamente os envolvidos reconhecem e se vangloriam de seus feitos e atacam quem se opõe a eles.

Os mafiosos da AFP têm diversificado sua forma de atuar, em novas práticas que envolvem as autoridades. A democracia fictícia tem servido para aperfeiçoar a opressão contra trabalhadores, impedindo e fechando todos os caminhos possíveis para deter o roubo descarado dos fundos de pensão.

Lamentavelmente os trabalhadores de outros países também estão ameaçados por este modelo [im-

plantado no Chile pela ditadura de Pinochet] que só serve para destruir a humanidade.

A campanha prossegue

Mas a CNT segue viva e resiste, os que desejavam sua destruição têm que se conformar. Em seu sexto ano de existência, a CNT continua com seu trabalho junto à população, nos sindicatos, nas organizações sociais, e novos setores se incorporam à luta.

Ainda que este grande trabalho não tenha sido suficiente para se alcançar o triunfo, a determinação de continuar na luta não acaba, e isso se fez sentir nas anteriores jornadas que mobilizaram milhares de chilenos renovando seu compromisso com esta causa.

Várias ações estão sendo realizadas

em diversas cidades, como a Conferência aberta, e a entrega do Projeto de Lei com a proposta dos trabalhadores ao Congresso Nacional.

O objetivo é pressionar os políticos a tomarem posição e justificar seus cargos aos seus eleitores. É simples: ou eles estão com os trabalhadores ou contra eles, e devem responder por seus atos.

Um número importante, ainda não suficiente de parlamentares já se comprometeu com a nossa causa. Previdência Social para todos e todas no Chile. Em breve tem início o período eleitoral e começa o momento de passar a conta àqueles que atuaram contra o povo e os trabalhadores.

Javier Marques

A situação dos negros nos EUA

Discussão com militantes e sindicalistas em Chicago

Estadísticas oficiais falam por si: nos EUA, a mortalidade infantil é quase duas vezes maior entre crianças negras (10 em cada 1000) do que entre as brancas (6 em 1000), dados de 2016.

Os negros são 13% da população, mas estão concentrados em algumas cidades; em Chicago são 36%. A cidade sofreu grande desindustrialização e empobrecimento.

Os sindicalistas nos explicaram as consequências da crise de 2008. "A onda de despejos que resultou da crise atingiu os mais pobres, em especial negros. Isso permitiu uma operação imobiliária maciça: as casas do centro onde os negros estavam foram recompradas a preço vil, e eles enviados ao subúrbio (em parte, jogados na rua)".

As autoridades ainda fecharam linhas de transporte público e escolas públicas.

Foi em Chicago, cidade de Obama, que antes do final do seu mandato, ocorreram grandes manifestações após a morte, por um policial, do jovem negro Laquan McDonald. O prefeito de Chicago, Rahm Emanuel, ex-chefe de gabinete de Obama, foi questionado por acobertar a polícia retardando um ano a revelação do vídeo em que McDonald era abatido pelas costas com seis balas. Uma onda nacional de manifestações contra as mortes de negros por policiais sob a palavra de ordem Black Lives Matter ("as vidas dos negros importam"), ocorreram durante quatro meses.

Os negros são aprisionados em massa. Os EUA têm a mais alta taxa

de encarceramento no mundo: 7,21 presos por mil habitantes em 2010. Entre negros, o número salta para 23,06. Nossos interlocutores explicaram que a polícia de Chicago instituiu o fichamento contínuo: "Estar uma vez, por acaso, numa esquina ao mesmo tempo que um traficante pode valer uma ficha, sem que pessoa implicada seja informada". Claro que há mais risco de acabar nessas fichas num bairro negro. "E quando o fichado postula um emprego municipal, a ficha reaparece e fica complicado".

Na maioria dos estados, os presos não tem o direito de voto. No sul do país, mesmo após cumprir pena, o ex-presos não recupera esse direito.

Mas, mesmo quando podem votar, eles se deparam com os dois gran-

des partidos nos quais se baseia o sistema, que não representam seus interesses. O Partido Republicano apresenta geralmente candidatos racistas e a eleição de Trump reforça isso. O Partido Democrata, historicamente defensor da escravidão, alega desde os anos 60 apoiar a causa dos negros, mas, em Chicago, foi o seu prefeito democrata Emanuel quem organizou a expulsão dos negros do centro, o fechamento das escolas de maioria negra e acobertou a polícia no caso McDonald. Isso explica as altas taxas de abstenção eleitoral entre os negros.

Devan Sohier

[seqüência das reportagens de debate e contato nos EUA do jornal francês Informações Operárias, no. 546]

DSA, SANDERS E AS ELEIÇÕES

A direção dos Socialistas Democratas da América, DSA (v. OT 844), decidiu apoiar a candidatura de Sanders às primárias democratas da eleição presidencial de 2020. A posição obteve 76% numa consulta onde votaram 24% dos seus 50.000 membros. No entanto, várias seções do DSA avaliaram que era prematuro e precisava ser discutido em congresso. A carta aberta do Grupo dos Afro-Socialistas solicitou não apoiar Sanders já, por causa de sua posição contra as reparações - a reivindicação tradicional do movimento negro de compensação por séculos de escravidão e miséria. Sanders opõe um plano geral de luta contra a pobreza, negando a peculiaridade da situação dos negros, o que esse grupo do DSA denuncia.

LYBON MABASA

(PARTIDO SOCIALISTA DA AZÂNIA-ÁFRICA DO SUL)

Alguns setores da esquerda situam a questão dos negros nos EUA entre as lutas minoritárias: latinos, imigrantes etc. Mas os negros não decidiram emigrar. Foram arrancados pela força da África para serem reduzidos à escravidão, cortados de todas as suas raízes. Desde o fim da escravatura, a opressão dos negros não consiste apenas no racismo, que existe em outros países, mas no sistema político e econômico que tem raízes na escravidão. Por isso, não haverá libertação do negro sob o sistema capitalista. A sua opressão e humilhação permanentes, inclusive nas organizações de trabalhadores, a desconfiança que decorre, tudo isso exige que os negros possam se organizar por si mesmos.

México: três meses do governo Obrador

Eleito por um forte anseio de mudança, que abriu uma nova situação no país

Em três meses o governo Obrador tomou medidas de ruptura com a política de décadas passadas, seguida pelos governos do PRI (Partido Revolucionário Institucional) e do PAN (Partido da Ação Nacional). Obrador levará adiante a reconstrução de duas das mais importantes empresas públicas do país, PEMEX (estatal petroleira) e CFE (Comissão Federal de Eletricidade). Tornou pública uma gigantesca rede de corrupção e roubo de gasolina e energia elétrica cuja responsabilidade principal está nos altos escalões dessas empresas.

Obrador também enviou uma lei de reforma da educação que revoga a lei da OCDE-Peña Nieto a qual nega o direito a estabilidade no emprego através de um sistema de avaliação-demissão e acaba com o Instituto Nacional de Avaliação Educativa, encarregado da avaliação.

Ao contrário de Peña Nieto, um dos patrocinadores do Grupo de Lima, o governo Obrador defende a

soberania da Venezuela e reconhece a legitimidade do governo Maduro.

Ao mesmo tempo, Obrador tem fixado limites a essa ruptura. Declara que não nacionalizará nenhuma empresa. Se nega a combater as altas taxas dos bancos. Considera positivo o TMEC, novo tratado de "livre" comércio com os EUA e Canadá, que aumentará a pilhagem do país.

Trabalhadores se mobilizam

No entanto, a luta de classes está presente. Obrador ao decretar um aumento de 100% do salário-mínimo na zona fronteira com os EUA, acelerou, sem querer, uma explosão de greves. Em 96 fábricas maquiladoras da cidade de Matamoros (próxima da fronteira com os EUA), os operários de maneira espontânea entraram em greve e fecharam as fábricas. Os patrões se negaram a dar aumento salarial afirmando que os 100% de aumento decretado por Obrador era somente para os salários-mínimos. Constituiu-se

um movimento chamado 20-32 (20% de aumento salarial e 32 mil pesos (1600 dólares) de abono de fim de ano (correspondente ao 13º salário no Brasil), que se estendeu a outras empresas. Em mais de 40 fábricas

maquiladoras, os operários arrancaram dos patrões as reivindicações. Os trabalhadores constituíram um sindicato independente. Ao mesmo tempo, os sindicatos universitários foram a greve contra a política de "limite salarial" que existe desde o governo de Peña Nieto.

Qualquer que seja o resultado imediato dessas lutas, o movimento das massas colocará objetivamente a necessidade de avançar na des-



Cidade do México, milhares acompanham posse de Obrador (1/12/18)

truição das instituições antidemocráticas do regime do PRI, por isso a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte. Obrador expressou em 5 de fevereiro que toda a transformação demanda a realização de uma Constituinte, porém, disse ele, nas condições atuais é necessário esperar 6 anos (final do seu mandato) para convocá-la!

Luis Vasquez

Argélia, um processo revolucionário em curso

Entrevista com deputada do PT argelino que renunciou ao mandato no parlamento



Nadia Chouitem

Ouvimos a companheira Nadia Chouitem, que, em meio às enormes manifestações de massa que vem ocorrendo no país norte-africano, apresentou sua renúncia à Assembleia Nacional junto com os demais deputados do PT da Argélia (partido que é membro do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos-AcIT). Nadia, além de deputada eleita e agora demissionária, é médica e sindicalista no setor Saúde.

O Trabalho - Por que os deputados do PT renunciaram aos seus mandatos parlamentares?

Nadia Chouitem - A renúncia da bancada parlamentar do PT foi decidida pela direção do partido. Consideramos que estamos diante de um processo revolucionário, com milhões de cidadãos se manifestando pelo fim do sistema político argelino e seus símbolos, a saída do presidente e de

todo o governo, bem como a dissolução do parlamento, para que o povo possa exercer a sua soberania. Se antes o PT utilizava o parlamento como tribuna de expressão, agora não pode mais fazê-lo, pois foi o próprio parlamento que impôs, junto com o conselho constitucional e o Exército, o presidente do Senado como chefe de Estado por 90 dias para preparar eleições presidenciais, contra a vontade expressa de milhões de argelinos que saíram às ruas.

OT - Como se desenvolve a mobilização do povo argelino?

Nadia - Desde 22 de fevereiro as manifestações não param de crescer. As reivindicações são políticas e se concentram na saída de todo o sistema. Mas também se exige julgar os corruptos e a reapropriação coletiva dos bens e fundos desviados.

Os jovens e estudantes estão na vanguarda. As distintas categorias entraram nesse movimento revolucionário: trabalhadores dos setores público e privado, advogados e juizes, artistas, jornalistas. Todas as sextas-feiras (que correspondem ao domingo nos países de maioria muçulmana, como a Argélia, NdT) ocorrem marchas populares de milhões ao longo do país, mesmo nas pequenas cidades, e todas elas são pacíficas, unitárias e com forte presença das mulheres. A sétima manifestação

ocorreu em 5 de abril e chegou a mobilizar 25 milhões de argelinos, logo após a renúncia de Bouteflika à presidência.

Em 9 de abril, data da nomeação do presidente interino, centenas de milhares de estudantes manifestaram-se em todas as cidades universitárias para dizer: "Não! Fora com o sistema". Na capital Argel, a marcha foi reprimida e houve prisões. Apesar disso, os estudantes não se dispersaram. O governo quer proibir marchas durante a semana, mas elas continuam e para este 10 de abril a Confederação dos Sindicatos Argelinos - nova central em construção com 13 sindicatos nacionais - convoca uma greve geral e uma marcha a Argel.

OT - Qual é a saída política para essa situação?

Nadia - O PT propõe a organização de comitês populares, entrando no debate geral com a defesa da eleição de delegados desses comitês que lutem por uma Assembleia Constituinte Soberana. Pensamos que é necessária uma direção mandatada para o movimento revolucionário em curso, para se ocupar inclusive das questões públicas de forma transitória até a instalação da Constituinte. Os cidadãos



Desde 22 de fevereiro argelinos ocupam as ruas por um novo regime

discutem nas ruas, universidades e locais de trabalho, buscando um quadro para expressar as suas reivindicações. Estamos numa fase de debate e de auto-organização.

Ao mesmo tempo o sistema segue de pé, com os partidos ditos de oposição ou de situação e o Exército agindo para acelerar a realização de eleições presidenciais. Seu objetivo é o de preencher o vazio institucional e manter o sistema atual, que é rejeitado pela esmagadora maioria do povo. A repressão das marchas começou e o Exército se intromete na política exigindo uma "solução constitucional", isto é, nos marcos do sistema. A mobilização prossegue e o povo está determinado a se manifestar de forma pacífica, de modo a evitar derapagens e provocações. A solidariedade é muito forte, fazendo evoluir o processo revolucionário.

Venezuela: o povo resiste

Entre apagões e apagões, segue a pressão imperialista

Depois do fracasso da entrada da "ajuda humanitária" tentada por Trump e seu fantoche Guaidó, cujo objetivo era dividir as Forças Armadas de alto a baixo para dar o golpe que derrubasse Maduro, depois da perda de impulso das mobilizações da oposição, começara ataques à rede elétrica.

Em 7 de março o país afundou num apagão por quase cem horas e nas últimas semanas segue sofrendo com apagões intermitentes. Mas ainda assim, desinflou-se o papel de Guaidó (inclusive em setores da oposição) e cada manifestação contra Maduro foi respondida por manifestações, iguais ou maiores, do povo chavista contra o imperialismo e seus agentes locais!

Quem provocou o apagão?

A revista de negócios e economia mundial Forbes, dos Estados Unidos, afirmou em um de seus artigos recentes ser "muito realista" que a causa do apagão iniciado em 7 de março tenha sido um ataque cibernético ao sistema da hidrelétrica de Guri. O que

confirma a versão do governo Maduro sobre o fato.

Entretanto a situação do Sistema Elétrico Nacional (SNE) estava e continua precária. Ele é vulnerável não só a ataques de "hackers", mas a fatores climáticos (como secas) e vem operando apenas com a geração de Guri. As termelétricas, que poderiam suprir necessidades locais, padecem do cerco econômico dos EUA, que impede a PDVSA (estatal do petróleo) de importar combustível necessário para elas.

O impasse e a crise continuam

É nessa situação difícil que o povo trabalhador se defende da agressão imperialista, enquanto tardam medidas concretas em seu favor por parte de Maduro. Esta é a base do impasse político e do aprofundamento da crise econômica.

Uma intervenção militar, que não se descarta, não parece ser a cartada imediata de Trump, que segue apostando no caos interno da Venezuela.

Além de um plano imediato de recuperação do sistema elétrico, seria

preciso suspender o pagamento da dívida externa para ter recursos para investir na retomada da produção e atender as necessidades do povo. É preciso rever as tabelas salariais e fazer respeitar as convenções coletivas, ao mesmo tempo que controlar os preços que disparam.

Mas o governo não ataca a hiperinflação que corrói os salários e os interesses da burguesia local que sabota a

economia. Sua busca é a de negociar com setores da oposição alguma saída eleitoral, que não implique a renúncia da Maduro, contando com o apoio da China e Rússia. O povo trabalhador ainda não deu a última palavra, mas é certo que segue decisivo na defesa da nação contra o imperialismo.

Alberto Salcedo,
de Maracaibo

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br